



CONSTITUIÇÃO nº 1935, de 30/07/1935 (REVOGADA)

Texto Original

O povo mineiro, por seus representantes em Assembleia Constituinte, decreta e promulga a presente

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TÍTULO I

PRELIMINARES

Art. 1º – O Estado de Minas Gerais, parte integrante e inseparável da República dos Estados Unidos do Brasil, exercerá em seu território os poderes que lhe são atribuídos pela Constituição Federal.

Art. 2º – Os poderes políticos do Estado são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e coordenados entre si.

Parágrafo único – É vedado a qualquer desses poderes delegar suas atribuições, e o cidadão investido nas funções de um deles não poderá exercer as de outro.

TÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º – O Poder Legislativo será exercido por uma Assembleia, com a sanção do governador do Estado.

Art. 4º – A Assembleia Legislativa compor-se-á de representantes do povo e das organizações profissionais, eleitos na forma da lei para um período de quatro anos.

§ 1º – Serão elegíveis para a Assembleia os brasileiros maiores de vinte e um anos e alistados eleitores desde três anos antes.

§ 2º – A representação popular constituir-se-á de quarenta e oito deputados, e a profissional, de um para cada grupo eleitoral das classes organizadas na forma da Constituição da República.

§ 3º – O número de representantes do povo poderá ser aumentado após as revisões do resenceamento federal, de modo que corresponda, até o máximo de quarenta e oito, a um por cento e cinqüenta mil habitantes, e, deste limite para cima, a um por duzentos e cinqüenta mil.

Art. 5º – A Assembleia reunir-se-á na Capital do Estado, a quinze de agosto de cada ano, sem dependência de convocação, e funcionará durante três meses, podendo as sessões ser prorrogadas ou adiadas.

§ 1º – Se a Assembleia não puder instalar-se nos quatro primeiros dias, os deputados ausentes perderão o subsídio correspondente a tantos dias quantos os decorridos do fim desse prazo até a instalação.

§ 2º – A Assembleia poderá reunir-se em sessões extraordinárias, sempre que for convocada, com declaração de motivo, pelo seu presidente, ou pelo Governador do Estado, devendo a convocação, no primeiro caso, ser solicitada por um terço de seus membros.

Art. 6º – Durante a sessão legislativa, a Assembleia funcionará todos os dias úteis.

§ 1º – As sessões serão públicas, devendo todos os atos ser regularmente divulgados pelo órgão oficial.

§ 2º – Por decisão da maioria dos deputados presentes, nos casos em que o reclamar o interesse público, as sessões poderão ser secretas.

§ 3º – A Assembleia não deliberará senão com a presença da maioria absoluta de seus membros. O Regimento Interno determinará o “quorum” para a abertura das sessões e discussão das matérias da ordem do dia.

Art. 7º – Mediante requerimento de um terço de seus membros e deliberação da maioria, a Assembleia poderá criar comissões de inquérito sobre fatos determinados, e aos inquéritos se aplicarão as regras do processo penal.

Parágrafo único – As autoridades judiciárias e administrativas procederão às diligências requisitadas pelas comissões de inquérito, e lhes fornecerão quaisquer documentos, cujo exame elas julgarem necessário.

Art. 8º – No fim de cada sessão ordinária, a Assembleia elegerá, por escrutínio secreto e voto proporcional, uma comissão de sete membros, que a representará até a instalação da sessão seguinte, e terá como presidente o da Assembleia.

§ 1º – Além das atribuições que lhe forem conferidas no Regimento, incumbe a essa comissão, sempre “ad referendum” da Assembleia:

- a) elaborar projetos de lei;
- b) resolver sobre os pedidos de licença para prisão ou processo dos deputados;
- c) conceder licença ao governador para ausentar-se do Estado por mais de quinze dias.

§ 2º – Os membros dessa comissão serão inelegíveis para o intervalo seguinte.

Art. 9º – Mediante requerimento de um terço de seus membros ou de uma de suas comissões, e deliberações da maioria, a Assembleia convidará qualquer secretário de Estado a comparecer perante ela, ou perante a comissão requerente, a fim de ministrar informações sobre assunto de interesse público, ou relativo a atos do Governo.

§ 1º – A falta de comparecimento do secretário, sem a devida excusa, importa crime de responsabilidade.

§ 2º – Qualquer secretário de Estado poderá pedir à Assembleia, ou a alguma de suas comissões, que lhe designe dia e hora a fim de solicitar providências legislativas em assuntos concernentes à sua Secretaria, ou sobre eles ministrar esclarecimentos.

Art. 10 – Compete privativamente à Assembleia eleger a Mesa, prorrogar ou adiar as sessões, regular sua polícia, organizar o Regimento e a Secretaria, provendo os respectivos cargos e fixando-lhes os vencimentos.

Parágrafo único – Na organização do Regimento, serão observadas as seguintes regras:

- a) não se discutirá nenhum projeto de lei ou resolução sem haver entrado em ordem do dia pelo menos vinte e quatro horas antes;

b) cada projeto de lei ou resolução passará por três discussões, mediando entre elas intervalo nunca menor de vinte e quatro horas;

c) o projeto de lei do orçamento terá sempre preferência na discussão, e não poderá conter disposições estranhas à receita e à despesa do Estado;

d) as comissões serão eleitas por escrutínio secreto, assegurada, quanto possível, a representação das correntes de opinião definidas na Assembleia;

e) as alterações regimentais dependerão de proposta escrita, que será distribuída em avulso e discutida pelo menos em duas sessões;

f) os projetos de lei serão apresentados com ementa, que enunciará em forma sucinta o seu objeto, e não poderá conter matéria alheia à ementa;

g) nenhum projeto de lei poderá ser discutido se não for apresentado pelo menos dez dias antes do encerramento da sessão legislativa, salvo se a própria Assembleia, por dois terços dos membros presentes, em votação nominal, resolver o contrário, ou se o solicitar o governador, em mensagem especial.

Art. 11 – Os deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato.

§ 1º – Estender-se-á a inviolabilidade a tudo quanto o deputado disser ou publicar, ainda fora da Assembleia ou de seu órgão oficial, mas no exercício do mandato.

§ 2º – A inviolabilidade não se estenderá às palavras que o deputado proferir, mesmo no recinto da Assembleia, desde que não se relacionem com o exercício das funções.

Art. 12 – Os deputados, desde o recebimento do diploma até a instalação da nova legislatura, não serão processados criminalmente, nem presos, sem licença da Assembleia, salvo caso de flagrância em crime inafiançável. A imunidade é extensiva ao suplente imediato do deputado em exercício.

§ 1º – A prisão em flagrante, nos crimes inafiançáveis, será logo comunicada ao presidente da Assembleia com a remessa do auto e dos depoimentos, para que ela resolva sobre sua legitimidade e conveniência, e autorize, ou não, a formação da culpa.

§ 2º – Em tempo de guerra, os deputados, civis ou militares, incorporados às forças armadas, ficarão sujeitos às leis e obrigações militares.

Art. 13 – Os deputados perceberão uma ajuda de custo por sessão legislativa e, durante esta, um subsídio mensal, fixados ambos no último ano da legislatura anterior. As prorrogações não serão remuneradas.

Parágrafo único – O presidente e os membros da comissão de que trata o artigo 8º perceberão, durante o intervalo das sessões, metade do subsídio.

Art. 14 – Nenhum deputado poderá, desde a expedição do diploma:

- a) celebrar contrato com a administração pública federal, estadual ou municipal;
- b) aceitar cargo, comissão ou emprego público remunerados, salvo missão diplomática de caráter transitório, mediante prévia licença da Assembleia.

§ 1º – Desde que haja tomado posse, nenhum deputado poderá:

- a) ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com privilégio, isenção ou qualquer favor em virtude de contrato com a União, o Estado ou o Município;
- b) ocupar ou exercer cargo, comissão ou emprego público, de qualquer natureza, remunerados ou não, de que seja demissível “ad nutum”;
- c) acumular as funções legislativas com outras da mesma natureza, federais ou municipais;
- d) pleitear interesses privados perante a administração pública, como advogado ou procurador, e patrocinar causas contra a União, o Estado ou o Município.

§ 2º – A infração de qualquer dos dispositivos anteriores determinará a perda do mandato, mediante provocação do presidente da Assembleia, de algum de seus membros ou de qualquer eleitor, ao poder competente.

§ 3º – Não é proibida a acumulação da função legislativa com o exercício do magistério.

Art. 15 – Durante as sessões, o deputado, que for funcionário público, perderá os vencimentos integrais do cargo, podendo, porém, nos intervalos, reassumir-lhe o exercício e perceber os respectivos vencimentos.

Art. 16 – Incorrerá na pena de perda do mandato o deputado que, sem licença da Assembleia, faltar às sessões durante três meses consecutivos.

Art. 17 – O deputado, quando nomeado secretário de Estado ou prefeito da Capital, não perderá o mandato, sendo substituído, durante o impedimento, pelo suplente respectivo.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Art. 18 – Compete privativamente ao Poder Legislativo fazer as leis, modificá-las e revogá-las nos limites das atribuições conferidas ao Estado pela Constituição da República, e especialmente:

1) orçar e fixar anualmente a receita e a despesa do Estado;

2) regular a arrecadação e a distribuição das rendas do Estado, sendo necessário, quando se tratar de despesa de caráter exclusivamente local, que a deliberação legislativa seja tomada por dois terços, pelo menos, dos votos presentes;

3) fixar a Força Pública;

4) decretar a organização judiciária;

5) autorizar ou aprovar acordos com a União, ou outros Estados, e dos Municípios entre si;

6) resolver acerca da alienação ou da aquisição de bens imóveis pelo Estado, bem como decretar a desapropriação por necessidade ou utilidade pública;

7) criar e suprimir empregos públicos, dar-lhes atribuições e fixar-lhes vencimentos;

8) dar posse ao governador eleito, conhecer da sua renúncia e conceder-lhe licença para interromper o exercício das funções, ou para se ausentar do Estado por mais de quinze dias;

9) decretar a divisão administrativa e a judiciária do Estado, não podendo alterá-las senão de cinco em cinco anos;

10) julgar da procedência da acusação intentada contra o governador perante a Corte de Apelação nos crimes comuns;

11) processar e julgar o governador nos crimes de responsabilidade, e os secretários de Estado, nos casos de co-delinquência com o governador em crimes

dessa mesma natureza;

12) decretar a lei reguladora das concessões de privilégios para exploração de serviços públicos do Estado e do Município, sendo vedada, nos contratos, a cláusula de garantia de juros e a de pagamento em outra moeda que não seja a nacional;

13) legislar sobre licenças, aposentadorias e reformas, não podendo, por disposições especiais, concedê-las ou modificá-las;

14) decretar a intervenção nos Municípios, na forma desta Constituição;

15) julgar as contas do governador;

16) transferir temporariamente a sede do Governo, quando o exigir a segurança das instituições;

17) mudar temporariamente a sede do Poder Legislativo;

18) eleger o governador, nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 33 desta Constituição;

19) solicitar a intervenção federal, na forma da Constituição da República;

20) adiar e prorrogar suas sessões;

21) fixar a ajuda de custo e o subsídio de seus membros, bem como o subsídio do governador;

22) legislar, em caráter complementar e supletivo, nos casos do art. 5º, § 3º da Constituição da República.

CAPÍTULO III

DAS LEIS E RESOLUÇÕES

Art. 19 – Compete a iniciativa dos projetos de lei:

a) a qualquer membro ou comissão da Assembleia;

b) ao governador;

c) às Câmaras Municipais, devendo a proposta ser apresentada pela quarta parte, pelo menos, do número total dos Municípios;

d) aos eleitores, em número de dez mil no mínimo.

Art. 20 – Salvo quando precedido de mensagem do governador, qualquer projeto de lei, que importe acréscimo de despesa, terá o andamento suspenso após a primeira discussão, até que seja aprovada a receita correspondente.

Art. 21 – Aprovado o projeto de lei pela Assembleia, esta o enviará ao governador para sanção e promulgação.

Art. 22 – Se o governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, opor-lhe-á o seu veto, total ou parcial, dentro em dez dias, a contar daquele em que o tiver recebido, e o devolverá à Assembleia com os motivos da recusa.

§ 1º – Se a sessão legislativa já estiver encerrada, o projeto e os motivos da recusa serão publicados no órgão oficial.

§ 2º – O silêncio do governador no decêndio importa sanção.

§ 3º – Devolvido o projeto à Assembleia, será submetido a discussão única, com parecer ou sem ele, dentro em trinta dias, contados da devolução ou da reabertura dos trabalhos, e, se aprovado pela maioria absoluta da Assembleia, irá de novo ao governador para a promulgação.

§ 4º – Nos casos de resolução legislativa e naqueles em que a lei não houver sido promulgada pelo governador dentro em 48 horas, a promulgação se fará pelo presidente da Assembleia.

Art. 23 – As fórmulas da sanção e promulgação serão as seguintes:

- a) “A Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei;
- b) “A Assembleia Legislativa estatui e eu promulgo a seguinte resolução”;
- c) “A Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei”.

Art. 24 – Os projetos rejeitados não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 25 – O orçamento será uno, incorporando-se obrigatoriamente à receita todos os tributos, rendas e suprimientos de fundos, e incluindo-se discriminadamente na

despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

§ 1º – Só depois de criado em lei especial se incluirá no orçamento qualquer tributo novo ou agravamento de tributo existente.

§ 2º – O orçamento da despesa dividir-se-á em duas partes: uma fixa, que não será alterada senão em virtude de lei anterior; e outra variável, que obedecerá a rigorosa especificação, sendo proibida a transferência de saldos de verbas.

§ 3º – O orçamento não conterá dispositivo estranho à receita prevista e à despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluindo-se dessa proibição:

- a) a autorização para abertura de créditos suplementares e para operações de crédito como antecipação de receita;
- b) o modo de empregar o saldo do exercício ou de cobrir o “deficit”.

Art. 26 – É vedado à Assembleia conceder créditos ilimitados.

§ 1º – Nenhum crédito especial ou suplementar se abrirá sem expressa autorização legislativa, permitindo-se, porém, a abertura de créditos extraordinários em qualquer mês do exercício, de acordo com a lei, para despesas urgentes e imprevistas, em caso de calamidade pública, rebelião ou guerra.

§ 2º – Salvo disposição expressa em contrário, nenhum crédito decorrente de autorização orçamentária se abrirá senão no segundo semestre do exercício e mediante demonstração de que o aumento da receita arrecadada sobre a orçada, verificado no primeiro semestre, comporta esse crédito.

Art. 27 – Considerar-se-á prorrogado o orçamento se, até 15 de novembro, não houver a Assembleia remetido ao governador, para sanção, o orçamento do ano seguinte.

Art. 28 – A contabilidade do Estado será regulada em lei.

TÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I

DO GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 29 – O Poder Executivo será exercido pelo governador do Estado.

Art. 30 – O governador será eleito por maioria de votos, em sufrágio universal direto e secreto.

Art. 31 – São condições de elegibilidade para o cargo de governador:

- a) ser brasileiro nato;
- b) estar alistado eleitor;
- c) ter mais de trinta e cinco anos de idade.

Art. 32 – O período governamental será de um quadriênio, não podendo o governador ser reeleito senão quatro anos depois de deixar o cargo.

Art. 33 – A eleição do governador realizar-se-á em todo o Estado, cento e vinte dias antes de terminar o período governamental, ou sessenta depois de aberta a vaga, se esta ocorrer nos dois primeiros anos do quadriênio.

§ 1º – Quando a vaga se der nos dois últimos anos, a Assembleia, em votação secreta e por maioria absoluta de votos, elegerá, dentro em dez dias, o substituto do governador.

§ 2º – Não estando reunida a Assembleia, o seu presidente a convocará para, no prazo de trinta dias, contados daquele em que se der a vaga, proceder à eleição do substituto.

§ 3º – Se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta, a Assembleia elegerá, em segundo escrutínio, pela maioria dos votos presentes, um dentre os dois mais votados no primeiro escrutínio, decidindo a sorte no caso de empate.

§ 4º – O governador eleito em substituição completará o quadriênio.

§ 5º – No caso de licença, falta ou impedimento do governador por mais de quinze dias, serão chamados sucessivamente a exercer o cargo o presidente e o vice-presidente da Assembleia.

Art. 34 – São inelegíveis para o cargo de governador:

- a) os parentes consangüíneos e afins, até o terceiro grau, do governador, que esteja em exercício ou não o haja deixado, pelo menos, um ano antes da eleição;
- b) os secretários de Estado e o chefe de polícia, até um ano após a cessação definitiva de suas funções;

c) os comandantes de forças públicas, federais ou estaduais, com atribuições em qualquer parte do território, do Estado, até seis meses depois de haverem cessado definitivamente as respectivas funções;

d) os substitutos eventuais do governador, que tenham exercido o cargo por qualquer tempo, nos seis meses imediatamente anteriores à eleição.

Art. 35 – O governador, ao empossar-se perante a Assembleia, ou, se esta não estiver reunida, perante a Corte de Apelação, prestará compromisso nestes termos: “Prometo cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e a do Estado, observar as leis e desempenhar com lealdade as funções de governador do Estado de Minas Gerais.”

Parágrafo único – Considera-se renunciado o cargo se o governador, qualquer que seja o motivo, não houver assumido o exercício até quarenta dias após a data marcada para a posse.

Art. 36 – O governador perceberá o subsídio fixado pela Assembleia Legislativa no último ano da legislatura anterior.

Art. 37 – O governador residirá na Capital do Estado e não poderá ausentar-se do território deste por mais de quinze dias, sem licença.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO GOVERNADOR

Art. 38 – Compete ao governador do Estado:

1) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

2) vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei que lhe parecerem integral ou parcialmente inconstitucionais ou contrários ao interesse público;

3) expedir decretos, regulamentos e outros atos adequados à boa execução das leis;

4) representar o Estado;

5) prover os cargos civis e militares, salvo as restrições expressas nesta Constituição;

6) exercer a chefia da Força Pública, diretamente ou por intermédio dos órgãos do alto comando;

7) nomear e demitir livremente os secretários de Estado;

8) celebrar com a União, ou outros Estados, após autorização ou “ad referendum” da Assembleia, quaisquer acordos para coordenação dos serviços de recíproco interesse, uniformização de leis ou práticas administrativas, arrecadação de impostos, prevenção e repressão da criminalidade, permuta de informações, e ainda para incumbir funcionários federais de executar leis e serviços do Estado e atos ou decisões das autoridades estaduais;

9) contrair empréstimos internos ou externos mediante autorização da Assembleia, observado, quanto aos últimos, o disposto na Constituição da República;

10) perdoar e comutar penas impostas a réus de crimes comuns sujeitos à jurisdição do Estado;

11) indultar penas disciplinares impostas a oficiais e praças da Força Pública;

12) determinar e superintender a aplicação das rendas destinadas aos diversos serviços da administração;

13) convocar extraordinariamente a Assembleia;

14) dar conta anualmente dos negócios do Estado à Assembleia, sugerindo-lhe na sessão inaugural, as reformas e providências reclamadas pelo serviço público;

15) enviar à Assembleia propostas de lei convenientemente fundamentadas, devendo a de orçamento ser apresentada dentro em trinta dias, contados do início dos trabalhos de cada sessão ordinária;

16) prestar à Assembleia as contas do exercício financeiro encerrado;

17) pedir a intervenção federal, nos termos da Constituição da República;

18) conceder ou solicitar a extradição de criminosos, na conformidade das leis da União;

19) suspender, depois de anulados pelo poder competente, os atos ou resoluções das municipalidades, contrários à Constituição e às leis da República ou do Estado;

20) executar nos municípios a intervenção constitucional, facultando ao interventor designado os necessários meios de ação.

DA RESPONSABILIDADE DO GOVERNADOR

Art. 39 – O governador será submetido a processo e julgamento, nos crimes de responsabilidade, perante a Assembleia, e, nos comuns, perante a Corte de Apelação, depois de declarada procedente a acusação pela Assembleia.

Art. 40 – Constituem crimes de responsabilidade os atos do governador, definidos em lei, que atentarem contra:

- 1) a integridade nacional e a existência do Estado;
- 2) a Constituição e as leis;
- 3) o livre exercício dos poderes políticos;
- 4) o gozo e o exercício dos direitos individuais, sociais e políticos;
- 5) a segurança e a tranqüilidade do Estado;
- 6) a probidade da administração;
- 7) a guarda e o emprego legal dos dinheiros públicos;
- 8) o cumprimento das decisões judiciais.

CAPÍTULO IV

DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 41 – O governador será auxiliado pelos secretários de Estado.

§ 1º – Haverá tantas Secretarias quantas a lei determinar.

§ 2º – Os secretários serão brasileiros natos, eleitores e maiores de vinte e cinco anos.

Art. 42 – Compete aos secretários, além das atribuições fixadas em lei:

- 1) referendar os atos do governador;
- 2) expedir instruções e outros atos adequados à boa execução das leis e regulamentos;
- 3) apresentar anualmente ao governador minucioso relatório dos serviços a seu cargo;

4) prestar à Assembleia as informações solicitadas sobre assuntos concernentes às respectivas Secretarias.

Art. 43 – A lei definirá os atos que, praticados ou ordenados pelos secretários, nos termos do art. 40, constituirão crime de responsabilidade.

Parágrafo único – Nos crimes comuns e nos de responsabilidade os secretários serão processados e julgados pela Corte de Apelação, e, nos casos de co-delinquência com o governador, pelo órgão competente para o processo e julgamento deste.

Art. 44 – As funções de secretário são incompatíveis com o exercício de quaisquer outras.

TÍTULO V

DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 45 – O Poder Judiciário será exercido:

- 1) pela Corte de Apelação, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado;
- 2) pelo juiz vitalício, na comarca, e pelo juiz de paz, no distrito;
- 3) pelo tribunal do júri;
- 4) por tribunais e juízes instituídos em lei.

Art. 46 – A lei fará a divisão e organização judiciária, determinando o número, a competência e os vencimentos dos juízes, bem como os requisitos de nomeação e acesso.

Parágrafo único – A divisão judiciária será feita ao mesmo tempo que a divisão administrativa e, quanto possível, coincidirá com esta.

Art. 47 – A Corte de Apelação dividir-se-á em câmaras e turmas, segundo a necessidade do serviço, e poderá funcionar como tribunal de revisão em câmaras conjuntas.

Parágrafo único – Só mediante proposta da Corte poderá ser alterado o número dos desembargadores.

Art. 48 – O processo de nomeação dos desembargadores e de promoção dos juízes será regulado na lei de organização judiciária, observados os preceitos da Constituição da República.

Art. 49 – A Corte de Apelação elegerá dentre seus membros o presidente e o vice-presidente, competindo-lhe ainda:

a) elaborar o Regimento Interno, organizar seus cartórios, secretarias e serviços auxiliares, propondo ao poder competente a criação ou supressão de empregos e a fixação dos vencimentos respectivos;

b) conceder licença, nos termos da lei, aos desembargadores e juízes, e aos serventuários que lhe forem imediatamente subordinados;

c) nomear e demitir os funcionários de seus cartórios, secretaria e serviços auxiliares, observados os preceitos legais;

d) exercer as funções que lhe forem atribuídas pelas leis de processo e de organização judiciária.

Art. 50 – Os juízes vitalícios serão nomeados pelo governador, mediante lista tríplice organizada pela Corte de Apelação, após concurso de provas ou de títulos, e deverão ser bacharéis em direito, com mais de vinte e cinco e menos de cinquenta anos de idade, e quatro anos, pelo menos, de prática forense.

Parágrafo único – O requisito de idade máxima será dispensado aos que exercerem ou tenham exercido o cargo de promotor ou juiz não vitalício.

Art. 51 – Os desembargadores e juízes vitalícios gozarão, além da garantia de vitaliciedade, as de inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, nos termos da Constituição da República.

Parágrafo único – A aposentadoria, que será compulsória aos sessenta e oito anos ou por invalidez declarada judicialmente, também poderá ser concedida em razão de serviços prestados por mais de trinta anos.

Art. 52 – Os juízes de paz serão eleitos e servirão durante o tempo marcado em lei, não podendo ser destituídos senão em virtude de sentença.

Art. 53 – O Poder Judiciário negará aplicação às leis e atos inconstitucionais devendo a inconstitucionalidade ser declarada pela maioria absoluta dos membros da Corte de Apelação.

Art. 54 – É vedada aos juízes atividade político-partidária.

Art. 55 – Fica mantido o Conselho Disciplinar da Magistratura, com as atribuições conferidas em lei.

TÍTULO VI

DO MUNICÍPIO

Art. 56 – O Estado divide-se administrativamente em Municípios, e estes, em distritos.

Art. 57 – Os Municípios serão organizados em lei, respeitados os preceitos desta Constituição.

Art. 58 – São condições essenciais para a criação do Município:

a) população mínima de vinte mil habitantes;

b) renda anual mínima de oitenta contos de réis;

c) existência de edifícios com capacidade e condições necessárias para o governo municipal, instrução pública, posto sanitário e matadouro, bem como terreno para cemitério.

Art. 59 – São condições essenciais para a criação do distrito:

a) população mínima de três mil habitantes;

b) renda anual mínima de cinco contos de réis;

c) existência, na sede, de cinquenta casas habitadas, edifício para instrução e terreno para cemitério.

Art. 60 – Os Municípios são autônomos em tudo que respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente quanto:

a) à escolha, por votação direta e secreta, dos vereadores da Câmara Municipal;

b) à decretação de seus impostos e taxas, e à arrecadação e aplicação de suas rendas;

c) à organização dos serviços de sua competência.

Art. 61 – A administração do Município compete, em sua função deliberativa, à Câmara Municipal, e, em sua função executiva, ao prefeito.

§ 1º – A lei determinará o modo de eleição do prefeito, podendo esta realizar-se conjuntamente com a dos vereadores, pelo voto direto, ou indireto, pela maioria da Câmara.

§ 2º – A administração do Município da Capital e das estâncias hidro-minerais se regerá por lei especial, sendo o prefeito nomeado pelo governador e por ele demissível livremente, reservadas as funções deliberativas a uma Câmara eleita.

§ 3º – Será de quatro anos o período administrativo da Câmara e do prefeito, vedada a reeleição deste para o período seguinte.

§ 4º – O cargo de vereador, considerado serviço público relevante, é gratuito, e remunerado o de prefeito. O subsídio deste, dentro dos limites determinados em lei e em proporção com a renda do ano anterior, será fixado pela Câmara, no último ano de cada período.

§ 5º – O prefeito, que residirá na sede do Município, não poderá ausentar-se deste por mais de quinze dias sem licença da Câmara, e, nas suas ausências e impedimentos, será substituído, sucessivamente, pelo presidente da Câmara e substitutos deste.

§ 6º – Nas faltas e impedimentos do vereador, servirá o suplente.

Art. 62 – Compete ao prefeito:

a) representar o Município;

b) promover a execução das leis e resoluções da Câmara;

c) apresentar à Câmara projetos de leis e resoluções, bem como, até trinta de setembro de cada ano, a proposta justificada do orçamento para o exercício imediato;

d) publicar, por editais, e pela imprensa, onde houver, as leis e resoluções municipais, o orçamento, as tabelas de impostos, o lançamento para cada exercício e, em cada trimestre, o balancete das arrecadações e dos pagamentos;

e) prestar contas à câmara, na primeira reunião de cada ano;

f) manter e zelar o patrimônio territorial do Município, afastando os intrusos;

g) sancionar, promulgar e publicar, dentro em oito dias contados do recebimento, as leis municipais, ou vetá-las e devolvê-las à Câmara. Decorrido o prazo

sem sanção nem veto, ou confirmado o projeto vetado, o presidente da Câmara promulgará o ato e o fará publicar.

Art. 63 – A Câmara reunir-se-á pelo menos duas vezes anualmente.

§ 1º – Na primeira reunião obrigatória que se realizará até o dia 15 de janeiro, a Câmara tomará as contas do prefeito e deliberará sobre elas; e na segunda, até o dia 5 de outubro, votará o orçamento.

§ 2º – As contas e o orçamento, logo depois da aprovação da Câmara, serão remetidos ao órgão de assistência à administração municipal.

Art. 64 – Perderá o cargo o prefeito:

a) que não apresentar contas documentadas, ou não as tiver aprovadas por motivo de aplicação ilícita dos dinheiros público;

b) que se utilizar em proveito próprio dos dinheiros públicos.

Art. 65 – A Câmara reunir-se-á em sessão extraordinária, sempre que for convocada pelo presidente, mediante requerimento motivado do prefeito ou de um terço do vereadores.

Art. 66 – A lei estabelecerá um órgão técnico consultivo que, mediante solicitação do Município, prestará assistência à administração municipal, inclusive no que concerne à organização de suas finanças.

Art. 67 – É vedado ao Município, além do que dispõe a Constituição da República:

a) desviar qualquer parte de suas rendas para aplicação que, direta e imediatamente, se não refira aos seus serviços, salvo acordo com outros municípios, em caso de interesse comum;

b) remunerar, ainda transitoriamente, funcionário federal ou estadual que nele tenha exercício, salvo acordo com a União ou o Estado e observado, no que for aplicável, o n. 8 do art. 38 desta Constituição;

c) permitir que oficinas de sua propriedade imprimam jornais ou prospectos de feição partidária;

d) contrair empréstimo cujo serviço de juros e amortização absorva mais da quarta parte da média da arrecadação nos três últimos anos, levando-se em conta,

para esse cálculo, a renda líquida provável dos serviços de caráter produtivo quando o empréstimo se destinar à execução destes.

Parágrafo único – Depende de aprovação da Assembleia o acordo a que se refere a letra “a”, quando incidir em serviço de caráter permanente.

Art. 68 – Mediante licença da Assembleia, poderão os Municípios firmar acordos para modificar os respectivos limites.

Art. 69 – É facultado ao Município por dois terços dos votos dos membros componentes da Câmara, requerer à Assembleia sua anexação a outro.

Art. 70 – O Município criado ou aumentado com área desmembrada de outro será responsável pela quota parte das obrigações do Município desfalcado.

Art. 71 – O Município dispenderá com a educação pública dez por cento de sua renda tributária e, com a assistência à maternidade e à infância, um por cento, no mínimo.

Art. 72 – O Estado não poderá obrigar o Município a realizar despesas sem lhe facilitar os meios, salvo o disposto nesta Constituição.

Art. 73 – Só com o voto de dois terços de seus membros poderá a Câmara perdoar a dívida ativa do Município, ou conceder favores.

Art. 74 – O Estado não poderá intervir em negócios peculiares ao Município, salvo para lhe regularizar as finanças, no caso de impontualidade nos serviços de empréstimos por ele garantidos, ou falta de pagamento, por dois anos consecutivos, da sua dívida fundada.

§ 1º – A intervenção, que só se efetuará mediante representação do Tribunal de Contas ou de qualquer interessado, será determinada em lei, que lhe fixará a amplitude e duração, facultada a prorrogação por outra lei.

§ 2º – A Assembleia elegerá o interventor, ou autorizará o governador a nomeá-lo.

§ 3º – Compete ao governador executar a intervenção, facultando ao interventor todos os meios de ação que se façam necessários.

§ 4º – O interventor prestará contas de sua administração à Assembleia, fazendo-o por intermédio do governador, se houver recebido deste a investidura.

TÍTULO VII

DA DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS

Art. 75 – É da competência exclusiva do Estado, além da cobrança de taxas de serviços próprios, decretar e arrecadas impostos sobre:

1. propriedade territorial, exceto a urbana;
- b) transmissão “causa mortis” de propriedade;
- c) consumo de combustíveis de motor de explosão;
- d) vendas e consignações efetuadas por produtores e comerciantes, inclusive industriais, ficando isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei ordinária;
- e) exportação das mercadorias de sua produção até o máximo de dez por cento “ad valorem”, vedados quaisquer adicionais;
- f) atos emanados do seu governo e negócios da sua economia, ou regulados por suas leis.

Parágrafo único – Serão decretados pelo Estado e arrecadados por este e pelo Município, em partes iguais, o imposto de indústrias e profissões e o de transmissão entre vivos de propriedade imóvel, inclusive a sua incorporação ao capital de sociedades, sendo o lançamento do primeiro feito pelo Estado.

Art. 76 – Compete ao Município decretar e arrecadar:

- a) o imposto de licença;
- b) o imposto predial e territorial urbano, cobrado o primeiro sob forma de décima ou de cédula de renda;
- c) o imposto sobre diversões públicas;
- d) o imposto cedular sobre a renda de imóveis rurais;
- e) as taxas sobre serviços municipais.

Art. 77 – Se o Estado criar outros impostos, além dos que lhe são atribuídos privativamente, dará às percentagens mencionadas na Constituição da República o

destino ali indicado, bastando-lhe, se for credor, entregar ao Município somente o saldo apurado.

Art. 78 – O Município não poderá criar taxas adicionais aos impostos que lhe pertençam, quando o respectivo lançamento for da competência do Estado.

TÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS

Art. 79 – É instituído um tribunal, que julgará as contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos e fiscalizará a administração financeira do Estado.

Art. 80 – Todos os atos e contratos referentes a obras públicas e quaisquer operações que envolvam ônus para o Tesouro serão, depois da autorização do governador e respectivo assentamento na Secretaria das Finanças, registrados, dentro em dez dias, no Tribunal de Contas.

§ 1º – Esses atos e contratos serão exeqüíveis somente depois de registrados, e o registro será recusado quando deles não constar, com a designação do crédito para a despesa, a disposição de lei em que se fundarem e a observância das demais formalidades legais.

§ 2º – Recusado o registro e insistindo a autoridade administrativa pelo ato ou contrato, aquele se fará sob protesto, que será apreciado pela Assembleia na sua primeira reunião.

§ 3º – Considerar-se-ão aprovados os contratos e atos sobre os quais o Tribunal, dentro do decêndio, não se houver pronunciado.

Art. 81 – É da competência do Tribunal de Contas:

1) julgar da regularidade e legalidade da execução orçamentária, bem como de todas as contas da administração, mediante balancetes mensais, que lhe serão remetidos pelo governador;

2) opinar sobre os balanços anuais, bem como sobre as contas do governo, que devem ser apresentadas à Assembleia;

3) julgar, mediante recurso de qualquer interessado, os atos e decisões da Câmara sobre a administração financeira do Município.

Art. 82 – Na organização do Tribunal de Contas, além dos princípios enumerados nesta Constituição, serão observados os seguintes preceitos:

1) seus membros, em número de três, serão nomeados pelo governador dentre cidadãos de reconhecida idoneidade moral, que tenham notório saber jurídico ou comprovada experiência dos negócios públicos.

2) Na falta ou impedimento de um dos juízes, o presidente do Tribunal lhe dará substituto provisório, que possua os requisitos exigidos para a nomeação.

3) De acordo com as necessidades do serviço, poderá ser aumentado o número dos membros do Tribunal, mediante representação deste ao poder competente.

4) Os membros do Tribunal serão vitalícios, perceberão vencimentos iguais aos dos desembargadores e terão os mesmos impedimentos e incompatibilidades.

TÍTULO IX

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 83 – O Ministério Público será exercido:

a) pelo procurador geral do Estado, com as funções de chefe do Ministério Público, nomeado pelo governador dentre brasileiros natos, bacharéis em direito de notório saber jurídico e idoneidade moral, e que tenham mais de oito anos de prática forense, com os mesmos vencimentos dos desembargadores, sendo, porém, demissível “ad nutum”;

b) pelos promotores de justiça, nomeados pelo governador dentre bacharéis em direito;

c) pelos órgãos e funcionários auxiliares instituídos em lei.

Art. 84 – Os promotores de justiça servirão durante quatro anos, podendo ser reconduzidos, e neste período só serão removidos ou exonerados mediante processo ou por exigência do serviço público, em virtude de representação fundada do procurador geral do Estado.

Art. 85 – A organização do Ministério Público será estabelecida em lei, que atenderá às garantias prescritas aos Estados pela Constituição da República.

TÍTULO X

DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS

Art. 86 – O Estado, no limite de sua competência, assegura a efetividade dos direitos e garantias individuais, nos termos do **art. 113 da Constituição da República**.

TÍTULO XI

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 87 – É garantida a inviolabilidade dos direitos concernentes à ordem econômica e social, na forma da Constituição da República.

Parágrafo único – A ordem econômica e social, em tudo quanto competir ao Estado, será objeto de lei.

Art. 88 – A lei promoverá o amparo do trabalhador.

TÍTULO XII

DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 89 – Respeitadas as diretrizes traçadas pela União, o Estado organizará e manterá sistema educativo próprio, que abrangerá o ensino em todos os seus graus e ramos, comuns e especializados.

Art. 90 – O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Art. 91 – É obrigatório e gratuito o ensino primário ministrado nas escolas públicas. O material escolar será fornecido gratuitamente aos pobres.

Art. 92 – A lei orgânica do sistema educativo do Estado só se poderá renovar nos prazos por ela determinados. No tocante ao provimento dos cargos do Magistério Público, à obrigatoriedade de concurso e às garantias dos professores, obedecerá aos princípios estabelecidos sobre a matéria na Constituição da República.

TÍTULO XIII

DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Art. 93 – Os cargos públicos do Estado são acessíveis a todos os brasileiros. O estatuto do funcionalismo estadual regulará as condições de investidura e bem assim

as garantias, direitos e deveres dos funcionários.

Art. 94 – A aposentadoria será concedida aos funcionários por invalidez provada ou presumida.

Parágrafo único – Presumir-se-ão inválidos os funcionários que contarem mais de trinta anos de serviço público efetivo.

Art. 95 – Serão aposentados compulsoriamente:

a) os funcionários que atingirem sessenta e oito anos de idade;

b) os acometidos de moléstia contagiosa grave e incurável.

Art. 96 – Os vencimentos da aposentadoria serão integrais no caso do parágrafo único do art. 94 e no da letra “b” do artigo 95. Nos demais casos, serão proporcionais ao tempo de exercício.

Parágrafo único – A última lotação do cargo servirá de base para a determinação dos vencimentos dos funcionários titulados que vencerem percentagens ou quotas.

Art. 97 – Na contagem do tempo para a aposentadoria será computado o serviço público prestado à União, desde que o período estadual compreenda mais de dez anos. Contar-se-á igualmente o tempo em que o funcionário tenha estado afastado do cargo no exercício de mandato legislativo, federal, estadual ou municipal.

Art. 98 – O prazo para a concessão da aposentadoria com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido, nos casos que a lei determinar.

Art. 99 – As promoções serão feitas de modo que duas atendam ao merecimento e uma à antigüidade.

Art. 100 – O funcionário, cuja destituição for anulada judicialmente, será reintegrado, não cabendo indenização ao seu substituto, que terá somente direito ao cargo que porventura exercesse.

Art. 101 – Os funcionários públicos serão solidariamente responsáveis com a Fazenda Estadual ou Municipal por prejuízos decorrentes de negligência ou abuso no exercício de suas funções.

DA REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Art. 102 – A Constituição poderá se reformada em qualquer tempo, no todo ou em parte, por iniciativa da Assembleia ou das Câmaras Municipais.

§ 1º – Considerar-se-á proposta a reforma, quando, apresentada por uma terça parte pelo menos dos membros componentes da Assembleia, for considerada objeto de deliberação, por dois terços dos votos presentes, ou quando for solicitada, em dois anos consecutivos, pela maioria da totalidade das Câmaras Municipais.

§ 2º – No primeiro caso, dar-se-á por aprovada essa proposta, se a adotar no ano seguinte, em três discussões, a Assembleia Legislativa, pelo voto de dois terços de seus membros componentes; no segundo, realizar-se-ão as três discussões na sessão ordinária do ano imediato ao da apresentação definitiva.

§ 3º – Tanto no primeiro como no segundo caso, não serão aceitas, durante as discussões, emendas sobre matéria não contemplada na proposta.

§ 4º – A reforma, dentro em quinze dias depois de promulgada e publicada pela Mesa da Assembleia, será incorporada ao texto constitucional, providenciando o Poder Executivo para que assim o observem as edições oficiais posteriores.

Art. 103 – Não se procederá à reforma da Constituição durante o estado de sítio que abranger qualquer parte do território do Estado.

TÍTULO XV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 104 – As concessões de obras ou serviços públicos, estaduais ou municipais serão sempre precedidas de concorrência pública ou administrativa, salvo as de pequeno valor ou os casos de urgência definidos em lei.

Art. 105 – Nenhum encargo se criará ao Tesouro do Estado ou do Município sem atribuição de recursos suficientes para seu custeio.

Art. 106 – Ficam sujeitas a imposto progressivo as transmissões de bens por herança ou legado.

Art. 107 – Independente de qualquer despacho e sob pena de responsabilidade, fornecerão os diretores de serviço, mediante o pagamento dos respectivos selos e

emolumentos, as certidões do que constar nos serviços a seu cargo, ressalvados os casos em que o interesse público imponha sigilo.

Art. 108 – O Estado organizará e executará permanentemente um plano sistemático de aparelhamento das estâncias hidro-minerais, dispendendo com os respectivos serviços, até sua conclusão, as rendas patrimoniais e industriais nelas arrecadadas.

Parágrafo único – Será organizado em lei um plano de defesa e proteção das fontes hidro-minerais do Estado.

Art. 109 – As edições oficiais desta Constituição serão acompanhadas do texto da Constituição da República.

Art. 110 – Continuam em vigor, enquanto não revogados, os decretos e leis que explícita ou implicitamente não contrariem os princípios desta Constituição.

TÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º – O atual governador exercerá o cargo até 4 de abril de 1939. Findará na mesma data a primeira legislatura.

Art. 2º – Depois de promulgada esta Constituição, a Assembleia Constituinte funcionará como Assembleia Legislativa ordinária, e providenciará, desde logo, para que seja atendida a representação das profissões.

Art. 3º – O subsídio do governador e o dos deputados, na primeira legislatura, bem como a ajuda de custo destes últimos, serão os constantes da **Lei número 1.148, de 6 de setembro de 1930**, divididos aqueles em prestações mensais.

Art. 4º – Na primeira sessão da primeira legislatura, será remunerada a prorrogação.

Art. 5º – As primeiras eleições municipais realizar-se-ão no primeiro domingo de junho de 1936.

§ 1º – Diplomados os vereadores, reunir-se-ão dentro em trinta dias, mediante convocação do mais votado em primeiro turno e sob a presidência deste, elegendo-se a Mesa para o primeiro quadriênio.

§ 2º – Para as primeiras eleições municipais não prevalecerão inelegibilidades.

Art. 6º – Até a instalação das futuras Câmaras Municipais, os prefeitos, Conselhos Consultivos e juizes de paz terão suas funções e investidura reguladas pelas leis e decretos ora vigentes, que os instituíram.

Art. 7º – O governo reintegrará nos respectivos cargos, ou aproveitará nos de natureza congênere, os professores e empregados da antiga Escola de Sargento da Força Pública, que ainda não tiverem sido aproveitados.

Art. 8º – A discriminação de rendas entre o Estado e o Município, estabelecida nesta Constituição, só entrará em vigor a primeiro de janeiro de 1936.

Belo Horizonte, 30 de julho de 1935.

Abílio Machado, presidente

Miguel Baptista Vieira, vice-presidente

Lincoln Kubitschek, 1º-Secretário

Sylvio Marinho, 2º-Secretário

José Resende Ferraz, 3º-Secretário

Waldemar Soares, 4º-Secretário

Adolpho de Oliveira Portella

Afrânio de Mello Franco

Pe. Agostinho de Souza

Alberto José Alves

Alfredo Soares de Lima

Aloysio Leite Guimarães

Antônio Benedicto Valladares Ribeiro

Antônio Camillo de Faria Alvim

Antônio Augusto Junqueira

Antônio Amador Álvares da Silva

Antônio de Oliveira Guimarães

Arthur Tibúrcio Ribeiro

Ary Teixeira da Costa

Bilac Pinto

Cônego Domingos Ferreira Martins

Dorinato de Oliveira Lima

Edison Álvares da Silva

Eliseu Laborne e Valle

Fábio Bonifácio de Andrada e Silva

Gastão de Oliveira Coimbra

Guilherme de Oliveira Ferreira

Jefferson de Oliveira

João de Almeida Lisboa

João Camillo Teixeira Fontes

João Edmundo Caldeira Brant, com restrições

Jorge Carone

José Bonifácio Lafayette de Andrada

José Maria Lopes Cançado

José Martins Prates

José Rodrigues Seabra

Juvenal Gonzaga Pereira da Fonseca

Manoel Ignácio Peixoto

Manoel Rodrigues de Souza

Milton Soares Campos

Nestor Foscolo

Olyntho Orsini de Castro

Orlando Barbosa Flores

Ovídio João Paulo de Andrade

Paulo Pinheiro Chagas

Philippe Balbi

Pe. Simphronio Augusto de Castro

Tristão da Cunha